

MUSEU DA PESSOA

História

Amor à pátria

História de: [Adélia Benta Donadon do Amaral](#)

Autor: Museu da Pessoa

Publicado em: 22/07/2003



Helotiacabal, 13 de dezembro de 1968

Caro papai e a mamãe:

Em primeiro lugar peço-lhe a nossa
benção.

Aqui, graças a Deus, vamos indo
muito bem.

É o senhor papai, como vai este
melhor, pois vocês não mandaram
nenhuma notícia.

A vovó, antes de eu fazer os exames
estava aflita, mas não era a teor pois
eu estava pensando de muito nota
no exame.

Eu fiz e remeti três matérias,
história, desenho e trabalhos e preci-
sei fazer exame de inglês precisan-
do de 4 e tive 4,5 no exame, de Matemática eu precisava de 4 e tive 7,
de Ciências precisava de 3,5 e tive 7
e de Português era só 5 mas tive
6,5.

Uem não está muito contente e a
tia Leonilda porque a Utiúka fi-
cou para a segunda época em Ge-
ografia mas ela passará. U resto
está tudo positivo.

A Maria é que ficou doente, mas
já está melhor.

Mas o que não vai bem é a fazenda
tinha reclamação e o tempo porque
o calor não está de brincadeira.

Mas nós estamos de festa porque
domingo agora vai ter um casa-
mento na fazenda dos Scacaloni em
Monte e Litu e no dia 21 vai ter o
casamento da irmã do Edinho
mas ^o mais importante é do dia 26.

Esperamos por vocês, para o ~~meu~~ Na-
tal e para o meu diploma, por favor es-
tamos com saudades e queremos vê-los
nestes dias importantes, façam o im-
possível e venham.

Seis mais nada das Uij, tes-
tino de escrever esta cartinha man-

dando abraços e beijos às filhas
que tanto lhes queri:
José Antonio.

Com estas notas eu passei de ano,
não muito tranquilo pois estava com
sem medo de ficar para a segunda
época que não era brincadeira.
A festa do diploma vai ser no dia
26, e arrisora esperamos que o senhor
e a senhora venham para o meu
diploma pois assim a alegria se-
ria completa porque este dia vai
ser bem legal porque eu vou rece-
ber o ~~meu~~ diploma.

Quando eu fui ver as minhas no-
tas fui com o coração na mão por
tirar a impressão de não ter ido muito
bem nos exames, mas a hora
que vi estas notas, vi que seria
uma festa para casa para di-
zer a todos que eu tinha passado
de ano e assim a alegria seria
na casa.

Avoné me presentear com um
blusa/camiseta e uma cordão de cer-
ca.

História completa

Nascimento

Meu nome é Adélia Donadon do Amaral, sou nascida na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo. Meu pai chamavam-se Virgílio Donadon e minha mãe, Carlota Irma Muzetti, já falecidos. Ambos eram filhos de pais italianos, mas eles eram nascidos aqui, no Brasil.

Família Paterna

Meus avós paternos eram oriundos do Norte da Itália, da região de Veneza, meu avô era de Treviso e minha avó de Veneza. Chamava-se Giovanni Donadon e no Brasil recebeu o nome de João Donadon e minha avó chamava-se Maria Luíza Cartaginense. Dos meus avós paternos, possuo a data de desembarque que se deu em 14 de novembro de 1887. Eles vieram para o Brasil devido a difícil vida que eles levavam na Europa, eles eram camponeses. Inscreveram-se na Imigração, tendo como destino a América. Chegando ao Brasil, foram hospedados pelo governo do Estado e encaminhados para uma fazenda de café no município de Itu. Lá chegando tiveram que obedecer a contratos de permanência por dois anos. De lá seguiram para Campinas e posteriormente fixaram residência definitiva na cidade de Jaboticabal. Nesta cidade, a prole foi aumentando e atualmente não dá para descrever precisamente o número de pessoas da família Donadon. Meus avós paternos por serem do norte da Itália e lá tem como tradição organizarem muitas festas e também são muito religiosos. Aqui, no Brasil eles seguiram essa tradição e nossa casa tornou-se o encontro tradicional dessas festividades, havia uma grande sala apenas para os saraus mas primeiro rezava-se o terço. Uma outra tradição, era que os filhos aprendessem além de ler e escrever, aprender a tocar um instrumento musical, assim a pessoa estaria apta. Conforme dados de desembarque no porto de Santos, no vapor Savoie em 14 de novembro de 1887, a família Donadon era composta por Inocente Donadon com 60 anos, sua esposa Regina Montini com 55 anos e seus respectivos filhos: Giovanni com 35 anos, sua esposa Maria Luíza Cartaginense com 21 anos, Pietro Paulo com 23, Adriana com 19 anos e Mariana com 31 anos casada com Luigi Bortolato com 36 anos e seus filhos: Helena com 13 anos, Giuseppe com oito e Luígia com três anos. Pietro Paulo casou-se com Ana Briesa em Jaboticabal, Adriana também e posteriormente, mudou-se para Olímpia porque seu marido da família Seno era daquela cidade. Quando da chegada ao Brasil, meus avós sendo imigrantes, encontraram muitas dificuldades. Primeiramente, foram morar numa fazenda em Itu com a esperança de encontrar uma moradia digna, porque era promessa do proprietário, mas deu-se o oposto, lá chegando não tinha nada, apenas forquilhas para construir suas casas e assim o fizeram, dormiam sobre palhas de milho que serviam de colchão. Como minha avó estava grávida logo nasceu o primeiro filho, vindo logo a falecer devido à situação precária em que se encontravam, tanto física como financeira, no parto ela foi atendida por uma mulher com poucas instruções e cuidados, daí a causa da perda da criança. É muito gratificante e me torna muito feliz trabalhar com imigrantes, uma vez que eles deixaram sua pátria à procura de novos caminhos, tendo como meta fazer a América e poder desfrutar uma vida melhor em todos os aspectos. Aqui constituíram família, todos trabalhadores, lutadores, tiveram em paz, harmonia e transmitiram a todo seu clã. Tenho muita gratidão por eles, principalmente pela minha avó paterna porque nasci, fui criada e convivi muito com ela. Minha avó falava dialeto, inclusive conversava comigo, meu avô já era falecido quando nasci. Mas eu tenho claro, pelos meus pais que falavam muito, isto é, referiam-se muito ao meu avô Giovanni.

Família Materna

Os meus avós maternos, também eram oriundos da Itália, da região da Toscana, nascidos na cidade de Pontremoli. O meu avô chamava-se Enrico Muzetti e a minha avó, Adélia Magnani. Da mesma forma que alterou-se o nome de meu avô paterno, o mesmo ocorreu com o materno que passou de Enrico para Henrique. Ao contrário da família de meu pai, a de minha mãe era mais abastada, tinham propriedades agrícolas e também em relação à cultura, pois minha avó além do italiano falava corretamente outros idiomas. Ela casou-se muito jovem, mas o meu avô não pertencia à mesma classe social, vinha de uma família de quatro irmãos: Giuseppe, Carlo, Benjamin e Enrico. Enrico, meu avô, foi o único chamado para combater na guerra, ao norte da África. Nessa ocasião ele já era casado, deixando a esposa com uma filha e grávida de outro. Em território africano conseguiu fugir para o Brasil, porque além de lutarem durante a guerra, viviam em tendas e os inimigos atacavam-os a pauladas, muitas vezes, matando. Diante deste quadro, sua fuga foi inevitável e ele parte com alguns companheiros levando consigo apenas sua carabina que permaneceu com ele por muito tempo e foi roubada em sua casa. Sua vinda até o Brasil foi muito tumultuada: primeiro porque ele era fugitivo de guerra, e para chegar até aqui, viajou nos porões de navios, sendo um grande aventureiro, de muita coragem, tendo esperança de ter uma vida mais digna numa nova pátria. Como seu irmão mais velho Giuseppe já casado e morando no Brasil, na cidade de Jaboticabal, ele também se dirige para lá, tornando-se colono de uma usina de açúcar por muito tempo. Então ele envia uma carta à esposa, pedindo que ela venha para o Brasil e traga seu irmão porque era uma pessoa instruída e aqui no Brasil, certamente, ele prosperaria em virtude da carência de pessoas com certo grau de estudo. Minha avó parte, com o irmão de nome Medório, e sua segunda filha, sendo que a primeira filha tinha falecido na Europa. Durante a viagem surge uma epidemia de cólera e Medório falece sendo jogado no mar. Ela continua a viagem mas chegando ao Brasil, no porto de Santos, não foi possível o desembarque por causa dessa epidemia. Então o navio foi conduzido para a Ilha das Flores, no Estado do Rio de Janeiro. Sua filha também já estava contaminada, adoece chegando à ilha e acabou falecendo. Como o navio partiria em algumas horas para a Europa, então ela pede aos moradores da ilha que fizessem o sepultamento da filha, uma vez que ela partiria novamente para seu país de origem, agora só. Ela ficou por mais dois anos na Europa, aguardando notícias do marido. O marido pede para ela voltar ao Brasil, onde recomençariam a vida pois o que ocorreu são obras da própria vida. Aqui, nasceram seus filhos, sendo a minha mãe a segunda entre os cinco. Continuaram aquela vida como agricultores, sempre procurando prosperar, permanecendo na mesma cidade.

Os pais

Luigi Bortolato, tio do meu pai, comprou uma pequena propriedade agrícola de nome Serradinho e com isso tornou-se vizinho de meu avô materno Enrico. Como o costume da época era dar muitas festas nessa família, os tios do meu pai, faziam baillinhos e convidavam os vizinhos e numa destas festas meus pais se conheceram. Namoraram dois anos e casaram em 1919, nascendo sua primeira filha em 1920, tiveram mais quatro filhos, sendo eu a última. Os meus irmãos são: Mézio Domingos, Arminda, Honorina Maria e Argemiro Henrique, sendo os três últimos falecidos. Meus pais foram morar com meus avós paternos. Minha mãe e minha avó se davam muito bem, não havia desavenças entre elas, eram duas pessoas maravilhosas e havia um respeito mútuo, trabalhavam muito, num serviço bruto como a ordenha de vacas, no campo.

Infância

Os 11 anos que eu vivi na chácara dos meus avós foram bons, com a figura da minha avó, sempre presente, onde ela comandava a família. Saíamos de lá logo que ela faleceu. Meus pais compraram um sítio bem distante da chácara. Por algum tempo fiquei na cidade para terminar o curso primário, que na época, chamava-se Grupo Escolar. Voltei a morar no sítio, mas sempre tendo como meta prosseguir meus estudos, fiz

curso na Escola Industrial durante três anos, que mais tarde foi reconhecido como curso ginásial. Para estudar eu saía da chácara a pé, caminhando aproximadamente uns quatro quilômetros. Estávamos habituados a essa caminhada, íamos tranquilos sem acompanhante porque naquele tempo não se cogitava em violência. A maioria das crianças era parentes e pessoas que não ofereciam perigo. Brincávamos muito com os vizinhos que, além de serem parentes, possuíam também suas chácaras e separando-as havia uma pequena rua cujo nome era Rua do Barreiro, devido a existência de muitas olarias por ali. Quanto aos brinquedos, o que mais gostávamos era de escolinha porque vivíamos imitando a professora, mas não deixávamos de brincar com bonecos, de esconde-esconde, de roda, etc. Nossa casa era uma casa simples, mas bem espaçosa: uma sala muito grande que saía para os dormitórios, sendo estes em número de quatro e bem grandes, havia uma despensa, uma cozinha muito boa, além do quintal, um paiol, curral, etc. Tinha um rio pequeno que atravessava a cidade, o maior, o Mogi-Guaçu, que ficava aproximadamente uns 15 quilômetros da cidade. Nós não brincávamos no rio. Havia próximo à nossa casa uma lagoa. Então, era uma lagoa que eles começaram com uma olaria e foram escavando, tirando aquele saibro todo para fazer tijolos. E você sabe muito bem que a casa onde eu morava os tijolos eram dessa olaria, parecia uma louça o saibro. E eles depois começou a brotar água e acabaram abandonando a olaria. Então como nós tínhamos medo de lagoa, nós sempre tivemos muito medo. É porque nós não tínhamos água muito próxima assim, lagoa, piscina, essas coisas, não tinha. Acordava-se muito cedo, principalmente meu pai porque ele percorria os arredores da chácara, com carrinho puxado por tração animal. Comprava leite e vendia na cidade para uma fábrica de manteiga, onde fazia uma base de troca muito comum naquela época, ele recebia o excedente do leite, quer dizer, o soro e com isso alimentava os animais. Esse soro dava para o gado e para os porcos que ele tinha criação. A fábrica naturalmente pagava uma importância e ainda devolvia o soro para ele. Isso nas primeiras horas: ele saía de casa com animal, muito cedo, três horas, quatro horas da manhã. Quando voltava dessa tarefa, continuava seu trabalho cultivando cereais em outras terras arrendadas porque a chácara tinha oito alqueires dos quais 80% era plantação de café e os outros eram formados em pasto e havia as benfeitorias, sendo assim, uma área restrita para a sobrevivência da família. Minha mãe, como também meus irmãos mais velhos trabalhavam no campo. Eu ficava em casa para cuidar dos afazeres domésticos e dos animais. E pela manhã, além de estudar, eu tinha o meu período para estudo. Depois, nós saímos da chácara porque eu já estava desligada da escola. Aí nós fomos morar num sítio não tão distante da cidade, hoje não é, mas na época era. E nós participávamos do trabalho, do campo um pouco, um pouco da casa, tinha que ajudar, colaborar com a família com tudo, porque a vida era muito complicada, muito serviço. Na época das colheitas, por ser difícil e complicada, pois, às vezes chove outras não, meu pai contratava pessoal adequado. Quanto à preparação da terra, como semear, éramos nós que fazíamos esse trabalho. Fazíamos muitos doces, a nossa despensa era abarrotada de alimentos, tanto doces como salgados, inclusive fazíamos o açúcar em casa, como rapadura, doces em tachos enormes, lingüiça..., a carne de porco era cozida e guardada na própria gordura para não deteriorar porque não havia naquele tempo refrigeração adequada. É claro que, no campo, come-se bastante pois o pessoal que trabalha na roça se alimenta muito bem e os alimentos não estragavam facilmente porque eram absorvidos.

Segunda Guerra Mundial

Tivemos um período que, para nós, foi bastante difícil durante a 2ª Guerra Mundial. Os familiares do meu pai, por serem italianos do norte, eram muito alegres e gostavam de festas. Tudo era motivo para ser comemorado: um batizado, um aniversário, como já disse anteriormente. Com a 2ª Guerra, o Brasil era um dos países inimigos do Eixo e quais os países representavam o eixo: Itália, Alemanha e Japão. E o que ocorreu? Devido à origem italiana, não houve um entendimento que eles, italianos, estavam aqui para trabalhar, para prosperar pelo progresso do estado e da Nação e não tinham nenhum interesse pela guerra, com a política européia. Os imigrantes italianos perderam muito de sua identidade com isso e suas famílias se afastaram não havendo mais aquela comunicação através do dialeto. Éramos mal vistos, porque havia suspeita que, se continuassem com aquelas festividades, não era apenas para se divertirem mas para passar informações e isso era praticamente impossível. Não havia como, comunicar com quem? Para quem? Por quê? Os habitantes do norte da Itália tem ou tinha como hábito comer muita polenta e esse era um prato que não podia faltar em casa, não tínhamos só isso, certo? Nossa alimentação era muito farta. Já, meus avós maternos tinham uma alimentação totalmente diferente, eram mais vegetarianos, não se alimentavam tanto de carne, utilizavam outros pratos típicos. Durante a Segunda Guerra Mundial as pessoas viviam apavoradas, tensas, havia uma certa perseguição, como já disse, onde os inspetores de quarteirões acabavam com as festas, as reuniões de família que eram puramente com o intuito de manter as famílias unidas. Houve fatos que marcaram muito essa época, porque como você sabe, as famílias italianas eram numerosas e muitas delas tiveram filhos convocados para a guerra. Alegavam que eles foram escolhidos porque eles tinham noção da língua italiana e eram preferidos, além dos alemães. Os noticiários sobre a guerra eram acompanhados pelo rádio, jornais ou revistas, sendo os únicos meios de comunicação disponíveis, mas não se sabia a data em que ocorriam os fatos porque até chegar ali através da imprensa demorava muito, 15 dias, um mês. A rádio local era a PRG4 e me lembro muito bem dos jornalistas, sendo um deles o professor Solon Borges dos Reis. Eu estava com 9 anos e tenho viva na memória a 2ª Guerra Mundial. Vivíamos traumatizados, assustados, apavorados mesmo. E quando terminou a guerra, ouvimos os fogos, quase toda a população foi para o centro da cidade para comemorar esse acontecimento. Durante a guerra, em Jaboticabal teve a Campanha do Ferro e nas escolas, as crianças levavam sucatas para depois serem fundidas. Como meu pai trabalhava na roça, usava enxadas porque o trabalho era manual ou com arado, não havia tratores e outros equipamentos. A maioria das ferramentas era de origem inglesa, de boa qualidade e depois de serem usadas, ficavam improdutivas e viravam sucatas. Como as escolas ficavam no município, nós da zona rural levávamos esses objetos que depois iam para a fundição. Saíam vagões da estrada de ferro, carregados com esse material que mais tarde serviriam de equipamentos para a guerra, conforme o que era informado na época.

Formação Escolar

Tive um bom aprendizado, fiz meus primeiros estudos, o primeiro ano primário no Colégio Santo André, uma escola de alto gabarito até hoje, com excelentes professores. Do segundo ao quarto ano cursei o Grupo Escolar Coronel Vaz, sendo o primeiro grupo da cidade. Como não tinha muito tempo para estudar em casa, prestava muita atenção durante as aulas para gravar bem o que me era ensinado. Nessa época houve uma mudança do dinheiro, sendo a primeira que conheci, o valor réis passou para cruzeiro, isso em 1943, no governo Vargas.

Vinda para São Paulo

Quando estudava à noite, conheci o meu marido através de um parente, amigo dele. Desse conhecimento surgiu o namoro e posteriormente o casamento. Meu marido sendo professor, lecionava na cidade de Valentim Gentil, região de São José do Rio Preto. Ali moramos por algum tempo. Ele resolveu abandonar a carreira e com isso voltamos para Jaboticabal onde nasceu meu filho, meses depois resolvemos tentar a vida em São Paulo. Meu marido começou a trabalhar no escritório Central das Indústrias Matarazzo, situado na Praça do Patriarca, onde atualmente

funciona uma das agências do Banespa. Neste emprego ele trabalhou por vários anos, cursou contabilidade e prosperou na empresa. Eu fui trabalhar em casas de Modas, de alta costura, posteriormente prestei concurso e, sendo aprovada, iniciei no serviço público. Aqui chegando por dois meses, moramos na casa de uma tia paterna e depois alugamos uma casa no bairro da Aclimação onde moro até hoje, evidentemente não na mesma casa. Quanto ao meu filho, ficou aos cuidados de meus pais pois não tínhamos com quem deixá-lo. Muitas vezes ficava aqui em São Paulo, como também em Jaboticabal, onde cursou os 1º e 2º graus.

Primeiro Trabalho

Em Jaboticabal não exerci nenhuma atividade, apenas aqui em São Paulo, onde o meu primeiro emprego deu-se na casa London-Paris, mais tarde passei a trabalhar na Modas Antonieta Pellegrini, que também era casa de alta-costura, com uma rica clientela pois os vestidos ali confeccionados eram caríssimos.

Ocupação do marido

Enquanto eu trabalhei na casa de modas, meu marido permanecia no mesmo emprego. Sendo contador, sua função era manusear fichas de contabilidade das indústrias do grupo e às vezes estas fichas estavam velhas e empoeiradas. Ele era alérgico, sua saúde tornou-se precária. Uma funcionária sugeriu que ele prestasse concurso para trabalhar na Secretaria de Segurança Pública. Durante sua permanência nas Indústrias Matarazzo éramos muito bem assistidos com hospital, bons médicos, uma cooperativa tipo supermercado que ficava no bairro do Brás. Ele recebeu excelentes propostas para continuar nesta empresa em outros municípios e estados mas devido à sua saúde ele optou por outra atividade. Ao entrar para a Secretaria de Segurança, trabalhou por mais de 35 anos, tendo uma brilhante carreira de forma digna tanto pessoal como profissional, até seus últimos dias de vida.

Ingresso no funcionalismo público

Obtive muito apoio de meu marido para ingressar no serviço público o que se deu através de concurso no ano de 1959. Iniciei trabalhando no Departamento de Imigração e Colonização, órgão ligado à Secretaria da Agricultura. Nesse departamento trabalhei em diversas áreas como: biblioteca, colonização, seção de estatísticas e outras. Como principiante, encontrei dificuldades na organização da biblioteca da imigração, porque tudo era desconhecido. Então, pesquisei obras de como organizá-la. Naquela época, o acervo dessa biblioteca era riquíssimo. Em 1960, criou-se a Assessoria de Revisão Agrária que passou a funcionar anexa ao Departamento de Imigração e Colonização. Por falta de espaço, utilizou-se a área pertencente à biblioteca daí a necessidade dos livros serem guardados. Com isso, passei a trabalhar em outro setor, ou seja, no atendimento aos imigrantes e migrantes. Prestei vários concursos e tornando-me efetiva, exerci outras funções no funcionalismo.

Hospedaria dos Imigrantes

Iniciou-se a construção da Hospedaria de Imigrantes - Capital, em Julho de 1886, tendo sua obra prosseguida com muita regularidade, a fim de permitir que em junho do ano seguinte pudesse funcionar, provisoriamente, recebendo as primeiras levas de imigrantes. Com esta providência, foi evitado o contágio de varíola, que se manifestava na antiga Hospedaria do Bom Retiro. Suas obras foram concluídas e entregues à Sociedade Promotora de Imigração em 1887, com acomodações suficientes para 4.000 imigrantes. O órgão que sempre foi ligado ao governo estadual. Já a colonização funcionava de modo adverso. No período Imperial o governo mantinha o total controle da mesma. Após a Primeira República, as terras devolutas passaram para o controle do Estado. Voltando a falar sobre a Hospedaria de Imigrantes, podemos ressaltar que no decorrer da Segunda Guerra, as acomodações ali existentes foram utilizadas para a Escola Preparatória de Sargentos da Aeronáutica. Em razão de uma ação judicial movida pelos descendentes do Visconde de Paraíba, cuja finalidade do funcionamento daquela propriedade fugia do espírito inicial que seria o de Hospedaria de Imigrantes, a Escola se viu obrigada a transferir-se para outro local, ou seja para a cidade de Guaratinguetá, no Vale do Paraíba. Os imigrantes que vinham sendo atendidos e hospedados em hotéis do Brás, retornam à Hospedaria. Fundado em 1829, tivemos o Núcleo Colonial Santo Amaro, formado por alemães, cujas terras foram adquiridas por leilões.

A colonização oficial de 1827 a 1930

Pelos relatórios da Agricultura, datam de 1827, as primeiras tentativas empregadas pelos poderes públicos, de encaminhar a imigração estrangeira para São Paulo, sendo recomendados à província o levantamento das terras devolutas destinadas à agricultura, de preferência as da Região do Vale do Ribeira, próximas aos rios navegáveis, a fim de facilitar os meios de comunicação. Feito o levantamento topográfico daquela área, sem obter os meios práticos esperados. Complementando, o governo firma contrato para introdução de imigrantes alemães para São Paulo, tendo em uma de suas cláusulas o seguinte: - Os colonos serão obrigados a pegar as armas porque firmaram fidelidade a Sua Majestade, o Imperador, mas quando a nação estiver em perigo, seus filhos nascidos no Brasil, estarão sujeitos ao recrutamento. Conforme todos os termos desse contrato, em 1827, desembarcam no porto de Santos, a primeira leva de imigrantes de nacionalidade alemã, para São Paulo. Em 1828, nova leva de imigrantes também de alemães em número maior ao anterior chegam a São Paulo. O Governo animado com a chegada de novos colonos, resolveu naquele mesmo ano fundar a colônia no sertão do Rio Negro, sob a direção do cidadão João da Silva Machado, o Barão de Antonina, destinada a colocação daqueles imigrantes. Na medida que o núcleo prosperava novas famílias foram estabelecer-se, a mando do governo, em diferentes datas. Foi assim que o Governo de São Paulo fundou a sua primeira colônia em seu território que, mais tarde, separou-se para fazer parte da nova Província do Paraná. Núcleos Coloniais

Os Núcleos Coloniais

A partir de 1850 já com a Lei 601, daquele ano que além das questões de terras, cuidou principalmente do estabelecido de colônias compostas por nacionais e estrangeiros, regulamentando assim a imigração. Mas o forte mesmo da imigração se deu a partir 1870 em diante. O vínculo administrativo sempre foi através do governo central, ele subsidiava. São Paulo possuía sua hospedaria. Os fazendeiros, barões de café tinham carência de mão-de-obra e precisavam muito do imigrante, surgindo assim essa corrente migratória. Isso era para as colônias particulares. As oficiais serviram mais como propaganda com o forte intuito de atrair o imigrante para cá porque eles se inscreviam para a imigração podendo vir para o Brasil como para a Argentina, Estados Unidos. Funcionava da seguinte forma: tinha um órgão representativo do governo no exterior para atrair o imigrante e São Paulo trabalhou muito nisso, houve investimento muito grande quando perceberam a qualidade profissional dos imigrantes, principalmente dos lavradores. Eles direcionavam a migração para determinada região do estado isso é comprovado pelo tipo de imigrante que

vivia nela. Por exemplo, na região oeste onde predominava a cultura do café, há muito mais imigrante do que outras. Era o governo do Estado, registros anteriores ao meu trabalho na imigração deviam também da mesma forma. Tomando por base a minha própria família, todos, meus avós, os parentes embarcaram no mesmo navio e seguiram para a mesma cidade, Itu e de lá para Jaboticabal. Seguíam um caminho só, as famílias não se separavam, sentiam-se como em casa, unidos, talvez para não aumentar a ausência, a saudade ou o desespero de querer voltar. E era assim. Podemos observar que há regiões no nosso estado com predominância de espanhóis, italianos, alemães, japoneses, etc. Tínhamos a imigração que funcionava mais ou menos assim de acordo com o pedido do fazendeiro e dependendo do número de pessoas que ele necessitava para sua lavoura. O que levava em conta era o imigrante que melhor se adaptasse ao serviço braçal. Daí, para artesãos, artistas que já tinham outras profissões na Europa, e não a de lavradores, tornava-se difícil para eles se adaptarem novamente ao trabalho rural. Há casos de passagens espontâneas, outras subsidiadas. A maioria era subsidiada desde que a pessoa fosse trabalhar e tinha que ficar em determinado período para pagá-la. Era uma espécie de contrato quase obrigatório por dois anos em que o imigrante trabalharia para o fazendeiro, havia interesse por parte do proprietário porque na época o café era o nosso primeiro produto para exportação e o governo central também mostrava interesse, a balança comercial, o lastro era o café. Os fazendeiros construíram colônias extensas, a maioria com casas geminadas para os colonos morarem na própria fazenda. Os colonos tinham que permanecer na fazenda, os que tinham vínculo que deveria ser respeitado até ser quitado porque era como uma dívida. Havia casos em que as pessoas trabalhavam mas sem vínculo empregatício. Nova Odessa é um núcleo colonial desde o período da República, Nova Europa, Barão de Antonina e outros núcleos que já se incorporaram às cidades como: Barão de Jundiá, São Bernardo, não que São Bernardo foi propriamente um núcleo colonial, a cidade existia e hoje está dentro desse núcleo. O núcleo colonial é um local que o governo precisava ter porque tudo era em função de uma propaganda. Havia as colonizações particulares e as oficiais. Então, não era permitido que os particulares desbravassem, isto é, recebessem terras para colonizar. Então, os núcleos foram formados e as terras eram vendidas a quem se dispusesse a comprá-las. É evidente que os maiores candidatos eram os italianos e os alemães. No início da República, e mesmo anteriormente os núcleos, funcionava no mesmo modo. O Governo doava as terras e havia necessidade de um núcleo, mas na realidade nem todos eram contemplados e a maioria comprava-os. Sendo assim, os núcleos surgiram em determinadas áreas e ali eram divididos através de um projeto. O sistema de vendas era parcelado, eles pagavam uma parte da terra em dois, três pagamentos no máximo e eram em valores altos para aquela época. As pessoas que já moravam aqui se inscreviam à procura de terras e eles acabavam se inscrevendo e comprando os lotes, que eram pequenos de 20 a 30 hectares no máximo. Esse foi o sistema dos núcleos coloniais, depois tiveram um outro tipo de colonização. O que li sobre alguns núcleos é que o que mais se sobressaiu, tendo um certo auxílio, ou melhor uma melhor assistência foi o de Nova Odessa, esse atendimento era feito através do Instituto Agrônomo de Campinas. A pessoa que sabia cultivar bem a terra vencia, os outros naturalmente sucumbiam. O governo dava muito apoio, mas o que poderíamos chamar como imposição de sua parte era a obrigatoriedade das crianças frequentarem a escola, pelo menos até completar o curso primário. Lembro do meu tempo de escola, morava na zona rural e mesmo sendo descendente de italiano, tínhamos que frequentar lá. Os pais tinham que mandar seus filhos para escola, às vezes iam de carroça ou como podiam. Já nos núcleos, tinha escola onde quem ensinava era o próprio filho do colono, sendo um ensino bem elementar. Cito, como exemplo, meu pai e seus irmãos que não tiveram como frequentar uma escola e receberam alguns ensinamentos pelo padre da igreja, poucos claro, mas eles conseguiram se defender. Acredito que o objetivo do Governo ao criar esses núcleos não era apenas só expandir e sim formar municípios, mostrando uma imagem sólida porque o número de imigrantes era muito grande e sempre em regiões novas. Podemos observar, como citação, São Bernardo que foi núcleo colonial e próximo à capital, sendo assim, uma forma de atrair, impressionar, dizer que o governo formava núcleos e as pessoas podiam chegar até lá. Na realidade, o número de núcleos não foi tão grande assim. Tivemos o núcleo Santana que era de 70, 80 alqueires de terra, no bairro de Santana mas não dispomos de nenhum registro do núcleo, apenas da criação e a emancipação no mesmo ano e também não se sabe quem foi contemplado próximo à Capital porque muitos colonos foram para regiões mais distantes. Nessa época, as estradas de ferro estavam expandindo e havia muitos lugares onde o acesso era muito difícil. Apenas o núcleo de Barão de Antonina fazia fronteira com outro estado, o Paraná. Os lugares eram despovoados. Por exemplo, os colonos de Santo Amaro naquela época um lugarejo, vinham pra São Paulo a cavalo vender seus produtos. Nova Odessa, Nova Europa eram despovoados. Jundiá quando foi fundado, o núcleo ficava distante do centro da cidade três quilômetros, hoje faz parte do perímetro urbano. Se marcarmos um raio de três quilômetros do centro da cidade, observaremos que está muito além. Então, a meta era a expansão das cidades, mas não tinham noção qual seria o resultado: se positivo ou negativo. O que o estado de São Paulo fez em termos de núcleo colonial parece algo muito forte e que deu certo, embora não fosse aquilo que se esperava mas, para a época, foi válido, haja visto a expansão do nosso estado atualmente. Funcionava da seguinte forma: as pessoas se inscreviam, pagavam a terra pela terra, e depois é que recebiam o título de propriedade. Os núcleos anteriores tinham um título provisório e depois de morar, cultivar bem as terras obtinham o título de propriedade. O título passava de pai para filho e se ocorresse a perda do chefe era remetido para a esposa e para os filhos que moravam e viviam na terra. E esse direito era registrado. Obviamente quem não pagava perdia as terras, devia abandonar o núcleo e o lote era transferido para outra pessoa. Havia casos em que a pessoa saía da terra, por questões não só da terra mas de animais, benfeitorias e outras. E como surgiram problemas o Estado mantinha um funcionário, tipo administrador que recebia as prestações da parte administrativa, como do local, verificava se a terra estava sendo bem cultivada, se não teria que saber o porquê e também ter o cuidado para que a área não fosse desmatada. Ainda não se falavam em reforma agrária porque havia grande quantidade de terras, as pessoas trabalhavam como colonos em fazendas particulares ou em núcleo colonial. Há uma pequena menção sobre a reforma agrária num documento de 1917 feito por um advogado sobre uma questão no Vale do Ribeira. Nele está relatado que futuramente poderia surgir uma reforma, cita também a Revolução Russa e sobre os problemas daquele país. De 1960 em diante é que começou a surgir algumas leis em relação à reforma agrária. As terras dos núcleos coloniais eram do Estado. Até anterior à República não, todas as terras devolutas pertenciam à União e de acordo com a primeira Constituição da República, esse imenso patrimônio das terras devolutas foi transferido para o estado. E este com a função de elaborar leis que tinham por objetivo dispor sobre as terras devolutas, sua medição, demarcação e aquisição, sobre a legitimação ou revalidação das posses e concessões, discriminação do domínio público e do particular e outras providências. Sobre os ex-núcleos coloniais ainda existem pendências. E é muito comum aparecer consultas, pedindo informações sobre os mesmos a respeito de áreas não-tituladas e que poderiam ser doadas a quem precisar. Sem que se tenha meios para responder o pedido e devido as situações apresentadas ainda são desconhecidos os remanescentes dos núcleos. A emancipação se dava quando o governo não tinha mais o que fazer ali, e a área que já era demarcada, delimitada, dava-se como emancipada e passava para os particulares, excluindo toda responsabilidade governamental. O núcleo era todo projetado, alguns eram vendidos e os que o governo queria transformar em município tinham os terrenos urbanos e os rurais. Então, já vinha a idéia, a princípio que ali por um motivo ou outro seria município. Exemplo: numa fazenda não havia só lotes rurais, tinham também os urbanos, suburbanos. O governo deixava de administrar e tornava-se particular. O núcleo era dado como emancipado e essas emancipações davam-se a maioria por decreto. Muitos demoravam para se

emancipar. Eu citei o caso de Santana. Em alguns núcleos a demora foi de cinco, seis anos dependendo do que acontecia no núcleo, das pessoas que iam chegando, comprando as terras e as que seriam vendidas. E toda essa tarefa é muito demorada. E, só a emancipação dá quando está tudo liquidado. O último núcleo criado foi o Barão de Antonina, em 1930. Depois disso tivemos núcleo mas de colonização.

Terras devolutas

Devolutas eram as sesmarias, que pela morte dos donatários, em virtude das mais diversas causas, retornavam à coroa determinando novas doações. Devoluto, pois é tudo que se devolve e assim com a Proclamação da República, as terras das antigas províncias do Império passaram a constituir território dos estados da Federação. Neste sentido também, devolutas. Não há muito o que falar porque no Brasil tanto a terra pública como a particular pode ser abandonada pelos seus proprietários.

Núcleos de Colonização

Os núcleos de colonização foram criados pela Lei 5994/60, regulamentada pelo Decreto Estadual 38328/61, quando então o Governador do Estado o Prof. Carvalho Pinto que, antecipando-se ao tempo, com as primeiras legislações buscando facilitar a aquisição de pequena propriedade rural aos agricultores sem terra, marcando o pioneirismo da reforma agrária no Estado de São Paulo. Com a venda de terras num prazo de 5 a 15 anos e que teriam infra-estrutura como: construção de escolas, armazéns e outras assistências. Tivemos cinco núcleos de colonização dentro de uma nova legislação, com um novo espírito. Os núcleos foram: Fazenda Capivari, Fazenda Santa Helena, Fazenda Pouso Alegre Jaú, Fazenda Pirituba e Fazenda Jacilândia. Na maioria o resultado foi ótimo, a Fazenda Capivari próxima à Campinas onde a Rodovia dos Bandeirantes corta o núcleo mais ou menos no quilômetro 80. Esta área conhecida pela maioria como bairro da Reforma Agrária de Valinhos. A Fazenda Santa Helena, distrito de Dirceu, município de Marília, Fazenda Pouso Alegre em Jaú, Fazenda Jacilândia entre os municípios de Meridiano e Valetim Gentil com exceção da Fazenda Pirituba que fica em Engenheiro Maia da Estrada de Ferro Sorocabana, entre os municípios de Itapeva e Itaberá onde surgiram problemas sem os melhores resultados. Pelo sistema de colonização, nos moldes da Lei de Revisão Agrária de 1960 foram fundados os primeiros núcleos de colonização e seus lotes foram vendidos a partir de 1961 até 1975, com a venda de lotes do último núcleo da Fazenda Jacilândia não havendo mais continuidade de colonização por esse sistema. Apenas no Vale do Ribeira, no litoral do estado que continuou a venda de terras por um decreto de 1933 num outro sistema. Tanto os núcleos coloniais como os tipos de colonização tinham sua legislação mas no Vale do Ribeira e litoral não aplicaram as mesmas regras do sistema de outras colonizações. Sobre a questão do Vale do Ribeira cito Pariquera-Açu ex-núcleo colonial fundado no período do Império e com venda de terras de algumas áreas já no período republicano. O governo do estado assinou em 8 de março de 1912, um contrato com a Brasil Takushuku Kaisha representante do sindicato de Tóquio, que posteriormente foi transferido à Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha - Companhia Anônima de Desenvolvimento Internacional - com sede em Tóquio. Em virtude desse contrato, o governo obrigou-se a ceder àquela companhia 50 mil hectares de terras devolutas, situados entre o Rio Ribeira e a Colônia de Pariquera-Açu e Cananéia, para estabelecimento de duas mil famílias de agricultores japoneses. Para esse efeito, mandou discriminar as terras devolutas na bacia do Ribeira. A 18 de agosto de 1916 a Companhia iniciou seus trabalhos de colonização de Registro com o recebimento de 9.336 hectares de terras, sendo logo se estabeleceu uma infra-estrutura com serviços de saúde e saneamento confiados ao médico da Companhia. Com o advento da 2ª Guerra, o governo rescindiu o contrato com aquela Companhia Colonizadora. As áreas do litoral sul, como a criação da Procuradoria de Terras hoje Procuradoria do Patrimônio Imobiliário foram demarcadas e discriminadas por aquela Procuradoria. E desde 1900 outras áreas disponíveis do estado foram vendidas a partir de Cubatão até Itanhaém. As terras devolutas na sua maioria não foram utilizadas como núcleo de colonização oficial. Houve outros meios de colonização, como a particular. Essa colonização se estendeu mais ao longo das ferrovias, contribuindo para o avanço agrícola, levando-se em conta o apogeu do café e com isso elevou o desenvolvimento do estado. Como exemplo, a Companhia Agrícola Imobiliária e Colonizadora, hoje Companhia de Desenvolvimento do Estado de São Paulo - Codasp - que foi o órgão responsável pelo sistema de colonização particular. Os núcleos posteriores, pela legislação de Revisão Agrária de 1960 também tiveram resultados positivos, não foram transformados em municípios e mesmo assim deram a sua contribuição. Posso citar como um dos exemplos a Fazenda Capivari que vista pela Rodovia dos Bandeirantes sua área está totalmente cultivada e o desenvolvimento agrícola é a plantação de uvas, figos e outros produtos típicos da região.

A questão da terra hoje

Na questão do acesso a terra a partir de 1983, iniciou-se os primeiros assentamentos em áreas disponíveis da Fepasa e outras áreas, também pertencentes ao patrimônio público. Dando continuidade a assentamentos, tivemos as primeiras ocupações na gleba 15 de Novembro no Portal do Paranapanema. E todos esses assentamentos foram implantados dentro de uma nova ordem. Em relação à questão das terras no Estado de São Paulo, o ano de 1983 é um marco porque exatamente nesse ano foram realizadas as primeiras eleições diretas, após um período de 20 anos, sendo eleito para governador André Franco Montoro trazendo à tona uma nova política agrária. Nessa ocasião o órgão chamava-se Instituto de Assuntos Fundiários e estava subordinado à Coordenadoria sócio-econômica da Secretaria da Agricultura e Abastecimento. Como venho acompanhando a questão agrária desde 1959, quando ingressei no serviço público, reporto-me desde àquela época, descrevendo o nome das instituições que tratavam desse assunto. De 1959 Departamento de Imigração e Colonização da Secretaria da Agricultura até 1967 quando este Departamento passa por uma reforma administrativa separando a imigração que fica sob o controle da Secretaria da Promoção Social e a colonização a cargo da Secretaria da Agricultura. Em 1960 com o advento da Lei 5994/60 cria-se a Assessoria de Revisão Agrária para administrar as fazendas dos núcleos de colonização. Órgão este também ligado à Secretaria da Agricultura. E a colonização fica, então, subordinada à este órgão. Em 1978 a Secretaria da Agricultura passa por uma reforma administrativa, da qual a Assessoria de Revisão Agrária - ARA - é transformada em Assistência Técnica de Revisão Agrária - ATRA. Em 1983 a Assistência Técnica de Revisão Agrária passa para o Instituto de Terras com uma nova estrutura. Em 1984 o Instituto de Terras fica subordinado à Companhia de Desenvolvimento Agrário do Estado de São Paulo - Codasp - e ambos subordinados à Secretaria de Agricultura. Em 1987 com a criação da Secretaria Executiva de Assuntos Fundiários ligada à Secretaria de Governo, no governo de Orestes Quércia, o Instituto de Terras fica vinculado à essa secretaria. Em 1988 a Secretaria Executiva de Assuntos Fundiários é transformada em Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários logicamente com uma nova estrutura sendo assim criados dois departamentos técnicos: Departamento de Assentamentos Fundiários e Departamento de Regularização Fundiária. No término do exercício, em 1988 o governador extingue a Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários mantendo os dois departamentos técnicos com suas estruturas, sendo o Departamento de Assentamento Fundiário transferido para a Secretaria da Agricultura e de Regularização Fundiária para a Procuradoria geral do Estado. Em 1991 foi criado o Instituto de Terras do Estado de São Paulo - ITESP,

transferindo os Departamentos criados em 1988 para o Itesp, órgão subordinado à Secretaria de Justiça e da Defesa da Cidadania. As primeiras colonizações tinham por meta a venda de terras para nacionais e estrangeiros sem se preocupar em selecioná-los porque era um processo de venda. As colonizações pela revisão agrária tinha um processo de seleção apenas para os nacionais e as terras eram vendidas, buscando os compromissários compradores que pertencessem àquela região, que seria loteada. E os assentamentos atuais seguem uma legislação específica do estado e da União. O assentamento funciona da seguinte forma atualmente: o Departamento de Assentamento Fundiário - DAF, oferece assistência técnica através das coordenadorias de campo aos assentados com resultados favoráveis no que tange esse assunto. O controle é exercido pela Secretaria de Justiça e da Defesa da Cidadania. As terras do Pontal do Paranapanema na sua maioria foram consideradas devolutas e encontravam-se ocupadas por fazendeiros. Como também áreas improdutivas que entraram no processo de desapropriação para fins de assentamento.

Evolução profissional

Iniciei no serviço público em 1959, no Departamento de Imigração e Colonização que cuidava da questão agrária e assessoria de revisão agrária e tinha o mesmo papel, e tenho acompanhado todas as mudanças e transformações até a presente data. No Departamento de Imigração e Colonização exercia várias atividades como: atendimento ao migrante, estatística, como auxiliar de escritório na colonização e outros mais. Na Assistência Técnica de Revisão Agrária minha função foi trabalhar no Protocolo e chefe de Serviços Gerais. Nas instituições que sucederam com as mudanças fui chefe de Pessoal e Protocolo chegando a ocupar o cargo de diretora de Administração até aposentar-me em 1997. Atualmente trabalho ainda no Itesp mas com um novo vínculo empregatício, através de contrato pela Fundunesp, exercendo a função de Técnica em análise de documentação histórica. Minha tarefa é buscar, recuperar e resgatar os documentos oriundos das instituições passadas que tratavam da questão da terra com o objetivo de preservar documentos históricos para pesquisa. Procuo talões com canhotos de títulos de propriedade, plantas, processos e outros mais que possam identificar consultas quando se fizer necessário. Os registros produzidos no período das colonizações geraram documentos de grande valor históricos, testemunhos dos erros e acertos da administração pública. Estamos informatizando os títulos de propriedade expedidos pelo governo do estado de São Paulo, com o intuito de atender de forma rápida e eficaz que de direito. No futuro todos os documentos serão informatizados para o acesso a todos os interessados.

Situação Atual

Tenho um filho nascido em Jaboticabal. Fui casada durante 40 anos e meu casamento terminou com o falecimento de meu esposo ocorrido em 1995. Moro aqui em São Paulo e sempre fixei residência no bairro da Aclimação, onde continuo até hoje. O meu filho é solteiro, mora comigo, trabalha fora, trabalha na cidade de Limeira. É solteiro, ele é formado, ele é engenheiro civil mas não exerce, trabalha em outra área. O meu dia-a-dia atual é o seguinte: levanto-me muito cedo porque além dos afazeres domésticos exerço a função de síndica do prédio onde moro. Às 10 horas inicio minha jornada de trabalho no Centro de Capacitação Técnica Agrária do Instituto de Terras até as 19 horas.

Sonho

Tenho um sonho que é concluir o curso superior em História e conhecer a Itália, estou programando uma viagem àquele país com a perspectiva de conhecer a pátria de meus antepassados, como também com a esperança de encontrar pessoas da família. Agradeço diariamente a Deus por tudo o que me proporciona e proporcionou ou seja: saúde, paz, alegria, tranquilidade, trabalho, minha família, meus pais, avós, irmãos, meu filho, meu marido, parentes, os meus amigos, pois todos serviram e servem como uma luz na minha caminhada.